

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
ADMINISTRATIVAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NO SETOR DE SAÚDE

GILMAR NUNES PEREIRA

OS RISCOS OCUPACIONAIS NO SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

Belo Horizonte
2019

GILMAR NUNES PEREIRA

OS RISCOS OCUPACIONAIS NO SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública no setor de saúde.

Orientador: Prof. Ms./ Dr. Thiago Schieber

FOLHA DE APROVAÇÃO



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Especialização em Gestão Pública no Setor da Saúde

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do Senhor(a) **Gilmar Nunes Pereira**, REGISTRO Nº **2017760158**. No dia 11/05/2019 às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "OS RISCOS OCUPACIONAIS NO SETOR DE SAÚDE PÚBLICA", requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) e Presidente da Comissão, **Thiago Alves Schieber de Jesus**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao(à) aluno(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do(a) aluno(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

() APROVADO

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA - PRAZO MÁXIMO DE 7 (SETE) DIAS

() NÃO APROVADO

80 pontos (orienta) trabalhos com nota maior ou igual a 60 serão considerados aprovados.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) aluno(a) pelo(a) orientador(a) e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 11/05/2019.

Prof. Thiago Alves Schieber de Jesus
(Orientador(a))

Prof(a). Andressa Carolina do Nascimento Nunes

Prof(a). Jéssica Alessandra Santos



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Especialização em Gestão Pública no Setor da Saúde

MODIFICAÇÃO EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Modificações exigidas no TCC do(a) aluno(a) **Gilmar Nunes Pereira**,
número de matrícula **2017760158**.

Modificações solicitadas:

Ajustar na introdução a citação direta para indireta. Fundamentar no referencial a importância do trabalho. Esquematizar as ideias do referencial em quadros. Utilizar mais autores para embasar o trabalho.

O prazo para entrega do TCC contemplando as alterações determinadas pela comissão é de no máximo 7 dias, sendo o(a) orientador(a) responsável pela correção final.

Prof(a). **Thiago Alves Schieber de Jesus**
Orientador(a)

Assinatura do(a) aluno(a): **Gilmar Nunes Pereira**

Atesto que as alterações exigidas Foram Cumpridas
 Não foram cumpridas

Belo Horizonte, 18 de maio de 2019

Professor Orientador

Assinatura

RESUMO

O artigo tem como objetivo fazer análise dos riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho no setor de saúde pública, com os profissionais da área. O trabalho tem enfoque quantitativo complementada com método comparativo. A análise bibliográfica de alguns artigos selecionados, a partir de sites como BVS e Scielo, foi feita sendo essa compreendida entre 1981 e 2019; com dados do Portal da Vigilância e Proteção à Saúde de Minas Gerais, os quais mostram que ocorreram inúmeros acidentes no trabalho ligados aos riscos ocupacionais descritos como: físico, biológico, ergonômico e de acidentes. Do portal utilizado foram retiradas informações sobre casos confirmados de acidentes abrangendo material biológico e perfuro-cortante, no município de Sete Lagoas/MG entre 2017 e 2018. Nesses anos foi possível identificar um aumento de casos neste período, situação que não era esperada. Diante disso, verifica-se que o risco ao qual um profissional de saúde está exposto é inerente a sua atividade e a complexidade da assistência. É provável que, alguns ambientes de trabalho apresentem mais riscos que outros diferenciando de acordo com as atividades desenvolvidas. As publicações averiguadas permitem concluir que os profissionais de enfermagem estão propensos a maior exposição. Dessa maneira, pode-se relacionar à saúde-doença do trabalhador com a compreensão sobre os riscos ocupacionais que envolvem todo o processo de trabalho no setor de saúde. Assim, surge a necessidade de serem tomadas providências para a prevenção e possivelmente à conscientização, a fim de diminuir ou eliminar os riscos de acidentes, despertando o interesse por políticas de segurança e de saúde ocupacional desde a formação profissional para que assim seja ensinadas práticas que ajudaram a exercer a forma segura de tal atividade no decorrer da vida laboral.

Palavras chave: riscos ocupacionais, riscos ambientais, acidentes com material biológico e perfuro-cortante.

ABSTRACT

The article aims to analyze occupational hazards in the workplace in the public health sector, with professionals in the area. The work has a quantitative approach complemented with a comparative method. The bibliographic analysis of some selected articles, from sites like BVS and Scielo, was made between 1981 and 2019; with data from the Health Surveillance and Protection Portal of Minas Gerais, which show that there were numerous occupational risks described as: physical, biological, ergonomic and accidents. From the portal used, information on confirmed cases of accidents covering biological and perforating materials was taken in the municipality of Sete Lagoas/MG, between 2017 and 2018.

In these years it was possible to identify an increase in cases during this period, a situation that was not expected. Given this, it appears that the risk to which a health professional is exposed is inherent in their activity and the complexity of care. It is likely that some work environments present more risks than others differentiating according to the activities performed. The verified publications allow us to conclude that nursing professionals are prone to greater exposure. Thus, it can be related to workers' health-illness with understanding about occupational risks that involve the entire work process in the health sector. Thus, the need arises for prevention and possibly awareness, in order to reduce or eliminate the risks of accidents, arousing interest in occupational health and safety policies since the training so that practices that have helped can be taught to engage in the safe form of such activity throughout working life.

Key words: occupational risks, environmental risks, accidents with biological material and puncture sharp.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivo de pesquisa	8
1.1.1. Objetivo geral	9
1.2. Justificativa	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 Condições de trabalho	11
2.2 Classificação dos riscos	11
2.3 Medidas profiláticas	12
2.4 Normatização/ normalização da exposição ao risco	13
3 METODOLOGIA	20
4 RESULTADOS	21
5 DISCUSSÃO	25
6 CONCLUSÃO	28
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1. INTRODUÇÃO

As doenças ocupacionais e os riscos ocupacionais afetam a grande maioria dos trabalhadores em diversas atividades profissionais no ambiente de trabalho. No Brasil, as doenças conhecidas como ocupacionais tem resultado na espécie de trabalho exercido, tem equiparação aos acidentes de trabalho, que habitualmente tem consequências nas atividades prestadas pelos profissionais no exercício ou execução de suas atividades de trabalho dentro do ambiente de trabalho. (MARZIALE. 2000), conforme autor, há situações que contribui para o surgimento de problemas no ambiente de trabalho, como negligência dos profissionais de saúde.

Destaca-se que, as doenças adquiridas no exercício da atividade ocupacional podem demorar anos para se manifestarem. Normalmente isso ocorre quando a situação já está crítica e comprometeu severamente à saúde do trabalhador. Observa-se que, nem toda doença ou acidente do trabalho é física, mas em alguns casos, prejudicam o estado emocional dos profissionais, comprometendo sua saúde. Portanto, é preciso que haja uma maior e efetiva participação dos gestores com os órgãos de prevenção em acidentes e doenças, para diminuir este impacto na saúde dos profissionais no ambiente de trabalho. (OLIVEIRA, S. G. 2013), relata-se segundo o autor que, é preciso investir em condições adequadas, pois caso não sejam feitas haverá perdas financeiras e materiais para o empregador.

1.1 Objetivo de pesquisa

O presente artigo objetiva apresentar os impactos e as consequências que acarretam os acidentes, visando maior conscientização e redução dos índices de acidentes, assegurando assim melhores condições de integridade física aos profissionais de saúde pública. A partir de pesquisa realizada nos relatórios de acidentes de trabalho, foram verificados através da investigação e análise dos riscos ocupacionais nos acidentes, com os profissionais do sistema de saúde. A análise foi feita com base nos dados no Portal da Vigilância e Proteção à Saúde de Minas Gerais, as quais mostram que, ocorreram inúmeros acidentes no trabalho ligados aos riscos ocupacionais caracterizados como: químico, físico, biológico, ergonômico e de acidentes.

Tal análise mostra ainda que, o aparecimento desse problema identifique os tipos de acidentes que acontecem nas seguintes situações: típico, trajeto e doença ocupacional. Nesse sentido, observa-se que, várias formas de recomendações e melhorias para amenizar e prevenir as condições laborais são feitas a partir da realização de levantamentos com base no SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação, no SESMT- Serviço Especializado em Segurança e Medicina no Trabalho, juntamente com a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Conforme Portaria do Ministério da Saúde, 3098/1998, esses serviços tem por objetivo planejar ações de promoção e de prevenção visando à qualidade de vida no trabalho com possível redução dos acidentes e das doenças causadas aos profissionais expostos aos riscos ocupacionais.

Dessa forma, pode-se estabelecer o nexos causal da relação de saúde-doença do trabalhador com a compreensão sobre os riscos ocupacionais que envolvem todo o processo de trabalho no setor de saúde. Com o objetivo de manter o ambiente seguro, distante dos acidentes e das doenças ocupacionais, todos os profissionais de saúde devem ficar atentos e conhecer os riscos que estão expostos no seu local de trabalho, tendo sempre o cuidado com a saúde, levando sempre em consideração a infraestrutura do seu ambiente de trabalho. Conforme Portaria do Ministério do Trabalho 3.214 de 08/06/1978 relata sobre normas e procedimentos para garantir a segurança e prevenção de doenças nas atividades executadas pelos trabalhadores.

Vale ressaltar que, é fundamental que todo gestor público conheça as consequências e as exigências legais a serem cumpridas, para garantir a integridade física dos profissionais com fornecimento de proteção adequada para evitar a ocorrência de possíveis acidentes e doenças ocupacionais. Mostra-se então que, todo acidente de trabalho é considerado um imprevisto provocado por situações ocorridas no exercício da função dos profissionais em prestação de serviço dentro das unidades de saúde em atendimento. (OLIVEIRA, J.C. 1999), de acordo com sua afirmação e necessário planejamento e gestão de segurança para a prevenção de tais situações com os trabalhadores, evitando maiores riscos.

A investigação dos acidentes e a análise dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho caracterizam-se como condição ou conjunto de eventualidades que têm o potencial de causa efeito adverso que podem ser: morte, lesões, doenças ou danos à saúde dos profissionais. (BOOG. 1999), ele orienta e avalia as metas, sem procurar culpados.

Verificamos que, os trabalhadores do setor de saúde estão expostos a uma série de riscos, como: físicos (calor, frio, umidade, radiação ionizante), químicos (quimioterapia, glutaraldeído, detergentes enzimáticos, cloro), biológicos (bactérias, vírus, fungos, protozoários) e mecânicos e/ou ergonômicos (ligados à natureza biopsicossocial do ambiente de trabalho). (ALMEIDA, 2007, p. 2).

Para compreender sobre os riscos ocupacionais que cercam o trabalho dos profissionais de saúde, é feita a elaboração de propostas para solução, controle ou eliminação dos riscos que afetam o trabalho desses profissionais, garantindo assim medidas de proteção à saúde deles.

Os acidentes de trabalho dividem-se em três categorias: típicos- decorrentes da característica da atividade profissional realizada pelo indivíduo; de trajeto- ocorrem durante o percurso entre a residência e o local de trabalho; doenças do trabalho- ocasionados por qualquer tipo de doença profissional ligada a determinada função. O art. 21 da Lei nº 8.213/91 relata e classificados todos os tipos de acidente conforme a legislação brasileira.

Os acidentes estão geralmente ligados à fatalidades humanas, aos danos materiais, as paradas no processo de atendimento, ao dano à imagem e aos efeitos psicológicos na equipe. Portanto, o levantamento acerca das causas dos acidentes de trabalho contribuirá para a diminuição de sua ocorrência com os profissionais de saúde. O trabalhador, quando orientado, evita as situações de risco e a gestão melhora a forma de abordar temas de segurança e de medicina do trabalho, para prevenir e evitar os acidentes no setor de saúde. (GARY; DESSLER. 2003), este relata que deve-se analisar os números de acidentes e avaliar os danos causados .

1.1.1. Objetivo geral

Apresentar os impactos e as consequências , que visam maior conscientização e redução dos índices de acidentes, garantindo assim melhores condições de integridade física aos profissionais de saúde pública.

Objetivos específicos:

- Analisar se os profissionais do setor de saúde utilizam os equipamentos necessários a segurança;
- Examinar os métodos utilizados no setor de saúde para reduzir os tais riscos .
- Identificar qual o tipo de acidente apresenta maiores índices.

1.2. Justificativa

Tal estudo poderá oferecer aos profissionais do setor de saúde maiores informações sobre as condições favoráveis no seu local de trabalho. Dessa forma, haverá uma contribuição melhor sobre as causas e consequências dos riscos e acontecimentos apresentados. No entanto, é necessária a garantia e compreensão da saúde do trabalhador unindo práticas de prevenção em saúde e em doenças no ambiente laboral. Os danos causados nos ambientes de trabalho englobam todas as atividades executadas, o que provavelmente tem sido comprometido tanto a segurança quanto a saúde da pessoa e sua produtividade.

É nessa situação de persistência de elevados índices de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho, com grandes perdas humanas e econômicas, que se desenhou a Política denominada Saúde do Trabalhador. Através da Lei nº 8.080/90, Lei Orgânica da Saúde, que criou o Sistema Único de Saúde - SUS e em seu Artigo 200, Parágrafo II, estabelecendo competências e atribuições, dentre elas a de executar as ações de vigilância em Saúde do Trabalhador. (BRASIL, 1990, p. 21)

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Condições de trabalho

Os riscos ocupacionais englobam toda a probabilidade de ocorrência de um evento não desejado (acidente do trabalho), estando relacionados aos procedimentos específicos à profissão exercida. Podem também ser entendidos como uma ou mais condições do processo de trabalho com o potencial necessário para causar danos, rompendo com o equilíbrio dos estados: físico, mental e social dos colaboradores no trabalho. (COSTA, M. N. A; DEUS, I. A. 1989) Segundo o autor há possibilidade de ocorrer dano ao servidores da saúde e constante , pois estes tem contato permanente como pacientes doentes.

Entretanto, a exposição aos riscos ocupacionais não está necessariamente associada às doenças ocupacionais e aos acidentes de trabalho, pois isso depende do tempo ou da duração da exposição, das práticas e dos hábitos laborais, assim como da susceptibilidade individual do trabalhador. (ALMEIDA, 2012, p. 2).

Tal estudo tem como proposta a delimitação das causas, dos efeitos e meios para prevenção dessas ocorrências. Segundo todos os autores estudados, há uma negligência sobre o tema apesar de sua importância, deixando clara a necessidade de desenvolvimento de estratégias eficazes para controle. Foi possível detectar também, a existência de um número restrito de trabalhos referentes a essa temática, fazendo-se indispensável à ampliação das discussões sobre os riscos ocupacionais. Valem também à ressalva da disseminação de maiores e melhores informações, interligando as medidas da gestão às demandas dos trabalhadores para melhorar suas condições laborais. Notou-se que apesar de chegarem à conclusão bem parecida, os autores tiveram maneiras bem diferentes para expor seus pensamentos, correlacionando o tema com a problemática abordada.

Alguns artigos analisados propunham a realização de entrevistas e questionários que constatou e identificou a influência dos riscos ocupacionais em seu dia a dia. Outros por sua vez, buscaram fazer revisões literárias e delimitar qual a maior incidência de determinado risco ocupacional em ambientes específicos da área. Demais artigos discutiram informações um tanto quanto inusitadas, como a utilização correta e efetiva na esterilização de materiais contaminados.

Analisou no trabalho a questão vacinal dos profissionais para avaliar a fragilidade diante de doenças contagiosas e imunossupressoras. Os resultados desse estudo salientam a vulnerabilidade dos profissionais de saúde da atenção primária, incluindo também os demais profissionais. (ALCANTARA, 2003, p. 7,8 e 9).

2.2 Classificação dos riscos

No setor de saúde, devido às características das atividades exercidas observa-se que, a exposição constante pode ter influência na assistência aos prestadores de serviço e usuários do sistema de saúde.

A exposição contínua e múltipla pode promover o adoecimento dos trabalhadores e acarretar prejuízos às instituições de saúde empregadoras e as instituições governamentais, podendo interferir na qualidade da assistência prestada aos usuários, uma vez que, o estado de saúde do trabalhador interfere diretamente no desenvolvimento das suas atividades laborais. (ALMEIDA, 2012, p. 3).

Em um dos estudos pesquisados, foi feita uma análise comparativa mediante entrevistas entre duas unidades de saúde, que indicou maiores índices ao se tratar dos riscos biológicos, deixando claro um desconhecimento diante aos demais riscos. “O problema foi mais direcionado a unidades básicas de saúde, mas apontou semelhanças em relação a ocorrências hospitalares, apenas com percepções diferentes” (SILVA, 2002, p.7).

QUADRO 1: Identificação dos principais riscos ocupacionais em grupos de acordo com a sua natureza e padronização das cores correspondentes

GRUPO 1 VERDE	GRUPO 1 VERMELHO	GRUPO 1 MARROM	GRUPO 1 AMARELO	GRUPO 1 AZUL
FÍSICOS	QUÍMICOS	BIOLÓGICOS	ERGONÔMICOS	ACIDENTES
Ruídos	Poeira	Vírus	Esforço Físico Intenso	Arranjo Físico Inadequado
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento e Transporte Manual de Pesos	Máquinas e Equipamentos sem Proteção
Radiação não ionizante	Névoa	Protozoários	Exigência de Postura Inadequada	Ferramentas Inadequadas ou Defeituosas
Radiação Ionizante	Nebolina	Fungos	Controle Rígido de Produtividade	Iluminação Inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição de Ritmos Excessivos	Eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalho em Turno e Noturno	Probabilidade de Incêndio ou Explosão
Pressões Anormais	Substâncias, Compostos ou produtos químicos em geral		Jornada de Trabalho Prolongada	Armazenamento Inadequado
Umidade			Monotomia e Repetitividade	Animais Peçonhentos
			Outras Situações Causadoras de Estresse Físico e/ou Psicológico	Outras Situações de Riscos que Poderão Contribuir para a Ocorrência de Acidentes

Fonte: Rádio proteção na prática. Disponível em: < <https://radioprotecaonapratica.com.br/seguranca-do-trabalho-o-que-e-meio-ambiente-de-trabalho/> > Acesso em: 13 de maio de 2019.

2.3 Medidas profiláticas

Para confecção de um dos artigos estudado foi realizada uma entrevista do tipo descritiva com abordagem qualitativa, na qual os profissionais mostraram a necessidade de educação continuada em saúde, melhorias das condições de trabalho e aumento dos recursos humanos para as unidades de saúde enquanto buscam-se estratégias para reduzir a exposição aos riscos ocupacionais. “Apesar de esses profissionais possuírem conhecimento, não procuram medidas que minimizem ocorrência dos riscos ocupacionais” (RODRIGUES, 2012, p. 4 e 5).

A saúde do trabalhador constitui-se em uma área da Saúde Pública que tem como objeto de estudo e intervenção nas relações de atividade de trabalho e a prevenção da saúde no trabalho.

Em 2002, foi lançado o caderno de Atenção Básica sobre Saúde do Trabalhador que se destina a apoiar a capacitação de profissionais que atuam neste nível da atenção, promovendo, desta forma, a inserção deste segmento populacional na rede básica. (BRASIL, 2002, p. 15,16,17 e 18).

No entanto, percebe-se também a necessidade de políticas de saúde do trabalhador voltada aos profissionais da saúde, considerando todas as condições de trabalho que permeiam o ambiente de atuação dos mesmos.

A cogestão, entre os sujeitos que vivenciam o trabalho e os administradores de recurso humanos no trabalho, procuram na discussão e elaboração de ações de melhoria das

condições laborais, podem construir ambiências seguras aos usuários do serviço e aos produtores de saúde. (SUS, MENDES GONÇALVES. 1993), relatou que em todo o processo de construção do SUS, foi demonstrar que é importante o atendimento dos usuários do sistema público e também administração de recursos aos trabalhadores em suas atividades laborativas de trabalho.

Com o advento da tecnologia, aumentou a carga de trabalho e, conseqüentemente, a suscetibilidade dos trabalhadores aos agravos, o que significa dizer que conjunturas advindas deste trabalho podem causar sofrimento e adoecimento, exigindo dos pesquisadores, gestores e trabalhadores reflexões acerca da saúde do trabalhador. Neste panorama, é preciso que as equipes de saúde reflitam sobre suas condições laborais levando em consideração que, antes de serem profissionais, são pessoas dotadas de necessidades que precisam ser atendidas. (ESPINDOLA, 2012, p. 2).

Foi possível identificar diferenças na forma de abordagem do assunto, utilizando temáticas distintas e correlacionando-as sempre com a necessidade de maiores informações e instruções para que haja conscientização e redução de acidentes e doenças ocupacionais.

2.4 Normatização/ normalização da exposição ao risco

Historicamente os trabalhadores da saúde não eram classificados como categoria grande risco em acidentes de trabalho. “Inclusive, uma maior preocupação com os riscos biológicos, somente aconteceria a partir dos anos 80, quando do estabelecimento de normas para as questões de segurança ocupacional” (SILVA, 2009, p. 2).

A Lei Orgânica da Saúde (8.080/90) que começou a regulamentar os dispositivos constitucionais sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), destacou a Saúde do Trabalhador, referindo-se a um conjunto de atividades, bem como ações de vigilância epidemiológica e sanitária, para a promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, visando também sua recuperação e/ou reabilitação daqueles trabalhadores submetidos a algum tipo de risco ou agravos provenientes das condições de trabalho. (BRASIL, 1990, p. 2 e 3).

Segundo o autor,

Torna-se essencial que , as organizações instalem Comissões Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), bem como a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), além do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais (PPRO), nas unidades em que atuarão, conjuntamente com a participação dos profissionais. (GUGLIELMI, 2010, p. 2).

Por essa e outras a

Norma Regulamentadora NR -32 surgiu como prioridade de estabelecer as diretrizes básicas, para que se implante medidas de preservação e integridade à saúde dos trabalhadores em serviços de saúde, ou daqueles que exercem alguma atividade de promoção e assistência à saúde. (BRASIL, 2005, p. 1).

Sobretudo, refere-se à exigência das organizações, oferecer os Equipamentos de Proteção Individual-EPI, para serem utilizados de maneira correta e segura. Entretanto, a atenção dos profissionais que lidam com saúde, para com a sua própria saúde parece algo recente, uma vez que ,estes acumulam uma atenção maior em assuntos relacionados à melhoria de sua atividade e da saúde de seus pacientes. (RAMOS. 2009), segundo o autor, é muito

importante que todos os trabalhadores conheçam e utilizem os Equipamentos de Proteção Individual para prevenção de acidentes e doenças em suas atividades no trabalho.

Adquirindo novos conhecimentos técnicos, aprendendo a utilização de novos equipamentos e drogas, dentre outras, que impliquem na melhoria da assistência aos pacientes, muitas vezes esquecendo-se do seu próprio cuidado, quanto aos riscos a que estão expostos, quando da realização de suas atividades cotidianas laborais. (NUNES, 2010, p. 2).

Observa-se que, nos artigos citados tem sempre análise da preservação a saúde e integridade física dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ocupacionais existentes ou que venham a aparecer no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção e conscientização dos profissionais da saúde.

Por outro lado, manter sob controle todos os riscos ocupacionais nos locais de trabalho, com adesão de medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos mesmos. Assim devem ser divulgadas informações e proibições que os profissionais precisam conhecer e cumprir, quanto aos procedimentos a serem tomados em caso de acidente do trabalho.

Faz-se necessário a elaboração de diretrizes para a implementação com normas em prevenção de riscos de acidentes com probabilidade de exposição, visando à proteção dos trabalhadores que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

Todas as ações e medidas de prevenção devem ser aderidas pelas organizações citadas e pelos próprios trabalhadores, com intuito de eliminar condições inseguras no ambiente de trabalho, mas é importante reforçar que essas mesmas ações devem ser guiadas por profissionais capacitados em serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho. .

Esses comentários podem ser modificados através de trabalho com palestras e treinamentos com os profissionais de saúde o que contribuirá para uma análise fidedigna na atual situação da saúde dos trabalhadores. Portanto, as equipes de profissionais de saúde, em geral, devem ser instruídas e/ou qualificados para contribuir para ajudar na precaução e no controle dos riscos ocupacionais.

Cita-se o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), estabelecido pela NR-09 do Ministério do Trabalho desde 1994, o qual é um programa gerencial organizado pelo empregador, a qual deve abranger todos os seus trabalhadores. É outra forma de evitar ações judiciais, contendo as seguintes informações: previsão e reconhecimento dos riscos, cronograma de melhorias com prioridades e metas, avaliação dos riscos, medidas de controle utilizadas, monitoramento da exposição e registro e divulgação de dados. Nesse programa, tem-se o objetivo de avaliar a situação do ambiente de trabalho, onde será feito um diagnóstico com intenção de alertar os trabalhadores e identificar as possíveis causas de acidentes e doenças ocupacionais dentro do seu prazo de monitoramento, onde serão feitas certas recomendações para prevenir e melhorar o ambiente de trabalho, conforme o desenvolvimento do programa com colaboração de todos os trabalhadores.

Com objetivo de garantir e melhorar o ambiente, os trabalhadoress contam também com a CIPA, que tem por finalidade informar, reivindicar e propor melhorias e medidas para prevenção e para conscientização por parte do empregador e dos funcionários.

Destaca-se ainda o PCMSO – Programa Controle Médico Saúde Ocupacional ,que

tem por objetivo regular e monitorar as condições de saúde dos trabalhadores dentro do ambiente, como intenção de garantir a avaliação e o acompanhamento da exposição às doenças e aos acidentes de trabalho.

Em seu trabalho, o autor evidenciou a problemática no Brasil, deixando claro a existência de inúmeros convênios e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelas Portarias do Ministério do Trabalho denominadas Normas Regulamentadoras (NR), além da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), disciplinando essa área. (MAURO, 2004, p. 5).

Os estudos sobre os riscos ocupacionais apontam que, quando eles não são submetidos a controle, levam ao surgimento de acidentes e doenças profissionais e do trabalho. O Ministério do Trabalho, através das NR, visa eliminar ou controlar tais riscos ocupacionais.

QUADRO 2: Normas regulamentadoras vigentes listadas abaixo- Segurança e saúde no trabalho

Tipo NR	Classificação	Tipo NR	Classificação
NR 1	Disposições Gerais	NR 19	Explosivos
NR 2	Inspeção Prévia	NR 20	Líquidos Combustíveis e Inflamáveis
NR 3	Embargo ou Interdição	NR 21	Trabalho a Céu Aberto
NR 4	Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho	NR 22	Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração
NR 5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	NR 23	Proteção Contra Incêndios
NR 6	Equipamentos de Proteção Individual- EPI	NR 24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho
NR 7	Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional	NR 25	Resíduos industriais
NR 8	Edificações	NR 26	Sinalização e Segurança
NR 9	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais	NR 27	Revogada
NR 10	Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade	NR 28	Fiscalização e Penalidades
NR 11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais	NR 29	Segurança e Saúde no Trabalho Portuário
NR 12	Máquinas e Equipamentos	NR 30	Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário
NR 13	Caldeiras e Vasos de Pressão	NR 31	Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura
NR 14	Fornos	NR 32	Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimento de Saúde
NR 15	Atividades e Operações Insalubres	NR 33	Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados
NR 16	Atividades e Operações Perigosas	NR 34	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval
NR 17	Ergonomia	NR 35	Trabalho em Alturas
NR 18	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria na Construção	NR 36	Segurança em Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de carnes e Derivados

Fonte: Guia trabalhista. Disponível em: < <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nrs.htm> > Acesso em: 13 de maio de 2019.

Algumas delas estão compreendidas no controle das condições de risco para a saúde e melhoria dos ambientes de trabalho, visando: reconhecimento das condições de risco para a saúde presentes no trabalho; caracterização da exposição e quantificação das condições de

risco; discussão e definição das alternativas de erradicação ou controle das condições de risco; elaboração e avaliação de medidas a serem adotadas. Segundo a (OPAS/OMS; 2001), devem ser feitos procedimentos que devem contemplar e quantificar os riscos presentes em um ambiente de trabalho, o que garantirá condições adequadas para o ambiente.

Os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis pelos aspectos sociais e financeiros, juntamente com os fatores de risco ocupacionais são também determinantes da saúde do trabalhador. Dessa maneira, ações na área da saúde do trabalhador têm como objetivo primordial alteração nos processos de trabalho que contemplem, em toda sua dimensão, as relações saúde-trabalho, por meio de uma atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial. (LACAZ, 2000; VASCONCELOS, 2001), ambos autores defendem a qualidade de vida no trabalho, com intervenções e melhorias no processo de trabalho com atuação de todos os profissionais.

Considera-se fator de risco para ocasionar um dano, toda característica ou circunstância que acompanha um aumento de probabilidade de ocorrência do fator indesejado, sem que o dito fator tenha de interferir necessariamente em sua causalidade. Classicamente, os fatores de riscos que afetam a saúde e a segurança dos trabalhadores, presentes ou relacionados ao trabalho, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil, podem ser classificados em cinco grandes grupos: físicos- agressões ou condições adversas de natureza ambiental que podem envolver a saúde do trabalhador; químicos- agentes e substâncias químicas, sob a forma líquida, gasosa ou de partículas e poeiras minerais e vegetais, comuns nos processos de trabalho; biológicos- microrganismos geralmente associados ao trabalho em hospitais, laboratórios e na agricultura e pecuária; ergonômicos e psicossociais - que decorrem da organização e gestão do trabalho; de acidentes- ligados à proteção das máquinas, arranjo físico, ordem e limpeza do ambiente de trabalho, sinalização, rotulagem de produtos e outros que podem motivar acidentes do trabalho. Segundo (PEREIRA, 2005), a consequência de acidente com o profissional de saúde devem ser identificados em todas as situações em contato com material biológico ou até em agressão física dentro do seu local de trabalho.

Os riscos ocupacionais tem origem nas atividades insalubres e perigosas, aquelas cuja natureza, condições ou métodos de trabalho, bem como os mecanismos de controle sobre os agentes biológicos, químicos, físicos e mecânicos do ambiente hospitalar podem provocar efeitos contrários à saúde dos profissionais. Os técnicos especialistas em Higiene e Segurança do Trabalho são unânimes em colocar que o importante não é gratificar o trabalhador com o adicional de insalubridade ou de periculosidade, mas sim tornar o trabalhador e o ambiente absolutamente saudáveis. (OLIVEIRA, J. 1995), segundo o autor, todos os trabalhadores devem conhecer seus direitos trabalhistas seja no exercício de sua atividade ou quando ocorrer doença e acidente de trabalho.

Como observado no caderno das Diretrizes Gerais para Trabalho em Contenção com Agentes Biológicos, 3º edição do Ministério da Saúde, o método de contenção é usado para descrever os procedimentos de biossegurança utilizados na manipulação de agentes biológicos de acordo com a sua classificação de risco. O objetivo da contenção é prevenir, reduzir ou eliminar o contato de profissionais, de usuários do sistema de saúde, da população em geral e do ambiente aos agentes potencialmente perigosos. (COSTA, M. A. F. 1996), segundo o autor, foram normas e procedimentos elaborados para conter a dissimulação de vírus e bactérias em laboratórios e ambientes hospitalares.

A contenção se dá em dois níveis principais, contenção primária e contenção secundária. A contenção primária refere-se à proteção dos profissionais e dos usuários contra a exposição aos agentes de risco geralmente alcançada pelo uso de equipamentos de proteção individual apropriados, pela implementação das Boas Práticas de Laboratório (BPL), além de incluir a imunização como fator de proteção. Já a contenção secundária consiste na proteção do ambiente contra a exposição aos agentes de risco. Assim, esse nível de contenção inclui a adesão de medidas e práticas relacionadas: a) à proteção individual; b) ao uso de equipamentos de segurança individual ou coletivos; c) à adoção de técnicas e práticas de trabalho em conformidade com a classe de risco do agente manipulado, d) à adequação das instalações e da infraestrutura do local de trabalho. A definição da amplitude das medidas de contenção a serem adotadas e o nível de biossegurança para o trabalho de controle depende da avaliação de risco dos agentes biológicos a serem manipulados ou aos quais se tem exposição.

Em seu trabalho (BAKKE, 2010, p. 1) “descreveu que, os acidentes estão geralmente associados à fatalidade humana, danos materiais, paradas na produção, danos à imagem da empresa, efeitos psicológicos na equipe e perda de produtividade”. A observação destas ocorrências permite uma avaliação das relações entre o homem e o ambiente onde ele exerce suas atividades, seu equilíbrio e sua deterioração, aprimorando o conhecimento técnico-científico e permitindo o planejamento e a avaliação das ações voltadas para os trabalhadores.

Segundo o autor, deve-se incluir na análise até mesmo acidentes ou incidentes que não tenham culminado em lesões ou doenças, mas que apresentavam potencial para isso, bem como a ocorrência de eventos inesperados e indesejáveis, com o objetivo de que estas situações não ocorram novamente. (ASFAHL, 2005, p. 1).

A análise das causas dos acidentes e a posterior disseminação dessas informações entre os indivíduos expostos às condições perigosas são consideradas procedimentos eficazes de se evitar lesões e doenças.

De acordo com dados do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (BRASIL, 2007, p. 1), “a atividade de atendimento hospitalar apresenta, ao longo dos anos 1999 e 2007, uma tendência de crescimento no número de acidentes, totalizando 217.165 registros de acidentes ao longo deste período”.

A Norma Regulamentadora 4 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) classifica os serviços médico-hospitalares como organizações que apresentam grau de risco 3 e são considerados como insalubres, expondo pacientes e profissionais a riscos variados.

Trata-se de um ambiente onde há concentração de pessoas portadoras de várias doenças infectocontagiosas, em que se realizam procedimentos que apresentam riscos de acidentes e doenças para os trabalhadores de saúde e utilizam formas de tratamento que incluem desde equipamentos de alta tecnologia a técnicas rudimentares de assistência, com a aplicação de agentes físicos e químicos com fins terapêuticos. (NISHIDE, 2004, p. 2).

Segundo o autor, os profissionais que lidam, direta ou indiretamente, com a saúde dos pacientes preocupam-se muito com a assistência oferecida aos usuários, priorizando o seu conforto e bem-estar, e pouco com os riscos inerentes à execução de suas atividades, que podem ser ampliados segundo a diversificação dos processos e organização do trabalho e pela especialidade da assistência. (REZENDE, 2003, p. 3).

Esses trabalhadores podem sofrer alterações de saúde vindas da presença da diversidade de agentes e do tempo e da intensidade do contato entre eles e os agentes.

Além disso, o trabalhador lida diariamente com o adoecimento, a miséria, o desemprego, a violência, fatores sociais da produção da doença, tendo em vista a inclusão/exclusão social que se estabelece nesse modo de produção no contexto social. (FORTUNA, 2002, p. 2).

Estão também conectadas a estes fatores a sobrecarga de serviço, os salários insuficientes, a situação ocupacional insatisfatória e os mecanismos formais e informais de monitoramento dos trabalhadores. Cita-se ainda, a exposição ,a situações de elevada tensão emocional, associadas a longas jornadas de trabalho, condições de insalubridade do ambiente laboral, baixos salários e duplo emprego.

Acidentes ocupacionais que envolvem trabalhadores hospitalares têm um grande impacto econômico devido à perda de mão-de-obra qualificada pelas lesões ocupacionais, bem como pelo dano irreparável à imagem da instituição hospitalar, quando profissionais infectam os pacientes. Essas organizações têm a obrigação de informar e treinar a equipe para que estes sigam as medidas cabíveis para manter a segurança nas organizações. Logo, este trabalho teve como objetivo estudar o histórico de acidentes de trabalho em um hospital universitário, levantando quais os profissionais de saúde mais acometidos, os setores mais críticos na organização quanto à ocorrência de acidentes e quais as suas causas.

3 METODOLOGIA

Para elaboração do presente estudo, com a propósito de apresentar os impactos e as consequências que acarretam os acidentes, visando maior conscientização e redução dos índices de acidentes, garantindo assim melhores condições de integridade física aos profissionais de saúde pública, realizou-se uma revisão bibliográfica, com intenção de analisar os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho no setor de saúde pública e suas repercussões, onde ocorrem acidentes e doenças, com os trabalhadores na área de saúde em bases de dados como: Scielo e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Tais bases podem ser consideradas como as principais para a área da saúde ,além de possuírem abrangentes assuntos voltados para a temática, por isso foram as escolhidas.

Na listagem dos artigos ,foram utilizados a princípio os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): riscos ocupacionais, riscos ambientais, tipos de acidente no trabalho, doenças ocupacionais, acidente com material biológico e acidente com material perfuro-cortante. A utilização de um número alto de descritores se justifica pelo fato de não haver uma concordância na literatura sobre a terminologia mais adequada a representar. Pode ser justificada também pela escassez de trabalhos realizados na área. Todos os artigos analisados são de origem nacional e escritos no idioma português.

Foi utilizado também o Portal da Vigilância e Proteção à Saúde de Minas Gerais, do qual foram retiradas informações acerca de casos confirmados de acidente com material biológico e perfuro- cortante com os profissionais de saúde em Sete Lagoas/MG, entre os anos de 2017 e 2018.

Foram selecionados artigos de forma aleatória considerando apenas a leitura do resumo de cada um deles para poder ver se enquadravam corretamente na temática desejada, sem quantidade pré-definida. Os artigos escolhidos estão compreendidos entre os anos de 1997 à 2019. Considerou-se para a elaboração desse trabalho os riscos ocupacionais físico, químicos, biológico, ergonômicos, de acidentes e psicossociais, no entanto, com maior enfoque no acidente com material biológico e perfuro-cortante.

Os registros analisados envolviam todos os profissionais da área de saúde, de médicos a auxiliares de serviços gerais. Para isso, foram elaboradas tabelas para a enumeração das informações acerca dos acidentes ocorridos, com base nos dados, nas guias do SINAN, conforme registradas no Portal da Vigilância e Proteção à Saúde de Minas Gerais, cujas colunas correspondem a: sexo, ano de ocorrência, tipo de acidente, porcentagem, ocupação dos profissionais.

O presente manuscrito inscreve-se no arcabouço do enfoque quantitativo da pesquisa, complementada com método comparativo. Possui fins descritivos e meios de estudo de casos múltiplos, utilizando a observação e a investigação de dados e de documentos.

As metodologias empregadas foram a título de investigação, de avaliação e de intervenção numa perspectiva de discussão pautada nas políticas da vigilância da saúde, da promoção da saúde, e da segurança e saúde do trabalhador. As proposições de metodologias do campo associam-se à informação, à vigilância em saúde do trabalhador e aos determinantes sociais, construindo-se investigações pela integração metodológica multidisciplinar com avaliação e intervenção com o coletivo de trabalhadores e seus representantes.

4 RESULTADOS

Os resultados deste estudo foram elaborados considerando todas as produções científicas que antecederam os critérios de inclusão, que se tratava da leitura dos resumos de cada artigo achado.

Os acidentes que envolvem os trabalhadores de saúde, juntamente com os riscos ocupacionais, tem grande impacto econômico. Além disso, podem indicar uma preocupação a estes trabalhadores por funcionar como um crivo de leitura, já que envolvem tanto os riscos ao seu redor quanto ao seu setor de trabalho. Assim pode-se verificar que, o risco declara o potencial patogênico das doenças causadas pelas condições de trabalho vivenciadas por estes trabalhadores nas condições inadequadas de trabalho dentro de seu ambiente laboral. (MENDES; DIAS. 1991), segundo os autores, a medicina evoluiu após os anos 80 e com novos pensamentos voltados para atenção e prevenção nas doenças ocupacionais e aquelas relacionadas aos acidentes com os profissionais de saúde principalmente.

Observa-se que, os acidentes que abrangem os profissionais de saúde tem grande impacto econômico devido à perda de mão de obra qualificada pelas lesões ocupacionais. De acordo com alguns autores, a saúde do trabalhador envolve não só constatar e prevenir doenças, mas também verificar o impacto do trabalho no dia-a-dia do trabalhador. Pressupondo uma visão apurada da cultura, das características de saúde e de vida da população alvo, o conhecimento dos riscos ocupacionais, a verificação das condições físicas, organizacionais, psicológicas e sociais a que os trabalhadores estão submetidos, deve-se avaliar as formas de atuação diante das repercussões do trabalho.

Destaca-se que, os registros de acidentes em sua ocorrência e notificação despertam a necessidade de políticas de segurança e de saúde ocupacional desde a formação profissional ,para que assim seja ensinado práticas que ajudarão a exercer de forma segura tal trabalho no decorrer da vida laboral. Diante disso, verifica-se que o risco ao qual um profissional de saúde está exposto é inerente a sua atividade e a complexidade a assistência. É provável que alguns ambientes de trabalho apresentem mais riscos que outros, variando de acordo com as atividades exercidas pelos trabalhadores e com a gravidade dos pacientes e das patologias neles tratadas.

O acidente com material perfuro-cortante e com material biológico não se refere apenas ao manuseio destes objetos para a realização de intervenção terapêutica, mas também a sua manipulação e descarte, incluindo ocorrências com agulhas e peça cirúrgicas. (NISHIDE, V. M; BENATTI, M. C. C; ALEXANDRE, N. M .C. 2004), segundo os autores, o acidente com exposição ao material biológico e perfuro cortante entre os profissionais em saúde gera uma grande preocupação para os serviços em saúde principalmente, pois nestes locais são feitos vários procedimentos que podem comprometer a saúde dos trabalhadores.

Com o intuito de reduzir os acidentes e as doenças resultantes dos riscos ocupacionais principalmente os que envolvem os com perfuro-cortantes e os com material biológico, foi feita uma análise comparativa entre 2017 e 2018 no município de Sete Lagoas, para observar os índices encontrados no Portal da Vigilância e Proteção à Saúde de Minas Gerais. Os valores encontrados no Portal correspondem à junção de todas as notificações realizadas por órgãos distintos de cada região do Estado.

TABELA 1: Casos confirmados de acidente com perfuro-cortante e com material biológico em Sete Lagoas separado por sexo e comparado 2017 e 2018.

Ano do acidente	Masculino	Feminino	Total
2017	10	66	76
2018	9	68	77

Fonte: SINAN/ CPDE/ DASS/ SVEAST/ SubVPS/ SESMG/ <http://tabnet.saude.mg.gov.br> (adaptado).

O risco biológico é o que se apresenta com maior intensidade entre os profissionais que prestam assistência à saúde. Assim, fica evidente que, apesar de as instituições de saúde se constituírem como entidades que visam à assistência, ao tratamento e à cura dos enfermos, elas também podem ser responsáveis pelo adoecimento dos profissionais de saúde. (SARQUIS, L. M. M; FELLI, V. E. A. 2002) de acordo com os autores, importe orientar, capacitar todos os profissionais quando estão prestando assistência aos pacientes e ocorre o acidente com exposição ao material biológico, pois isto também é responsabilidade do empregador.

Ao analisar a Tabela 1, foi possível notar um aumento no caso total de acidentes, algo que não era esperado, já que a intenção é a diminuição de tais índices.

Existem campanhas de conscientização para a prevenção de acidentes no trabalho, com profissionais capacitados para isso, porém estas medidas não são eficazes e permanentes, a fim de diminuir os acidentes. Além disso observa-se que, nem todos os profissionais tem absorvido o comportamento preventivo, pois nem todas as capacitações são efetivas, dependendo da conduta profissional na realização de atividades, o que possibilita o aumento do índices estatísticos de acidentes.

Embora haja um trabalho acentuado para que os profissionais adotem essas normas como regra em suas atividades, os acidentes ainda acontecem em número considerável, causando mudanças na vida dos acidentados e gerando elevados custos com as medidas profiláticas. (MARZIALE, M. H. P; NISHIMURA, K. Y. N; FERREIRA, M. M. 2004), de acordo com os autores é muito importante todo profissional seguir as orientações médicas após o acidente envolvendo contato a exposição com material biológico pois, apesar de alguns exames serem negativos é importante seguir as recomendações médicas quanto ao tratamento.

Outra forma de observação foi a separação dos acidentes por ocupação e respectivamente por sexo, comparando-os também 2017 e 2018.

TABELA 2: Dados do ano de 2017 que qualificam os acidentes com perfuro-cortante e material biológico segundo a ocupação exercida e pelo sexo dos profissionais

Ocupação	Feminino	Masculino	Total
Estudante	5	1	6
Médico cirurgião geral	1	-	1
Cirurgião dentista- Clínico geral	2	1	3
Enfermeiro	5	1	6
Técnico em enfermagem	25	2	27
Instrumentador cirúrgico	1	-	1
Técnico em patologia clínica	3	-	3
Faxineiro	5	-	5
Total	-	-	52

Fonte: SINAN/ CPDE/ DASS/ SVEAST/ SubVPS/ SESMG/ <http://tabnet.saude.mg.gov.br> (adaptado).

TABELA 3: Dados do ano de 2018 que qualificam os acidentes com perfuro-cortante e material biológico segundo a ocupação exercida e pelo sexo dos profissionais

Ocupação	Feminino	Masculino	Total
Estudante	3	-	3
Médico cirurgião geral	1	-	1
Cirurgião dentista- Clínico geral	3	-	3
Enfermeiro	4	-	4
Técnico em enfermagem	38	1	39
Instrumentador cirúrgico	2	-	2
Técnico em patologia clínica	2	-	2
Faxineiro	4	-	4
Total	-	-	58

Fonte: SINAN/ CPDE/ DASS/ SVEAST/ SubVPS/ SESMG/ <http://tabnet.saude.mg.gov.br> (adaptado).

Os trabalhadores de enfermagem são os profissionais da saúde com maiores riscos de sofrerem acidentes com materiais biológicos e material perfuro-cortante potencialmente contaminados, por formarem a maior categoria profissional dentro dos serviços de saúde, por passarem maior tempo na assistência direta aos usuários desses serviços e por executarem uma extensa variedade e quantidade de procedimentos invasivos e em contato com fluidos corporais. (PIO, 2012, p. 2).

Os acidentes ocupacionais ,incluindo os com material biológico e os com perfuro cortante, acontecem com maior incidência nas instituições de saúde, por serem locais que recebem pacientes com diversas doenças infectocontagiosas e quadros clínicos. Podem ocorrer por via percutânea, após ferimentos com objetos perfuro-cortantes, por contato direto com mucosas corporais e/ou, ainda, por contato cutâneo.

“O grupo profissional mais atingido pelos acidentes com material biológico e perfuro-cortante, são os auxiliares e técnicos de enfermagem, por apresentam uma relação mais próxima e por um longo período com os pacientes hospitalizados” (LUBENOW, 2012, p. 2).

Ratifica que dentre os profissionais que estão expostos a acidentes de trabalho nas instituições de saúde, a equipe de enfermagem apresenta maior número de ocorrências, com destaque dos auxiliares e técnicos de enfermagem, em sua maioria por mulheres na faixa etária de 20 a 40 anos. (FERREIRA, 2015, p. 3).

Isso pode ser justificado por ser uma profissão comumente feminina, marcada por conteúdos fortemente ideológicos, conferindo à mulher uma aptidão maior ao cuidado. Justifica-se também pelo fato de os profissionais de nível médio ficarem encarregados pela assistência direta e ininterrupta ao paciente, enquanto que os de nível superior exercem papéis de supervisão. O acidente de trabalho com material biológico e perfuro-cortante, gera no profissional exposto, sentimentos como angústia, frustração, medo da contaminação.

FLUXOGRAMA 1: Medidas a serem seguidas para gestão eficaz de segurança e saúde no trabalho



Fonte: **Cartilha adoecimento ocupacional: um mal invisível e silencioso**. Brasília, Brasil. Dezembro de 2018. Disponível em: < <https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Cartilhas/Cartilha-doencas-ocupacionais.pdf> > Acesso em: 3 de maio de 2019.

1) Na antecipação e reconhecimentos deve-se estabelecer prioridades e metas para pesquisa e avaliação dos riscos ocupacionais.

2) Adotar medidas de controle para que esses riscos não abalem a saúde do trabalhador. Para isso, pode eliminar ou diminuir o impacto danoso desse fator de risco (por exemplo, trocar uma máquina muito barulhenta, que causa perda da audição, por uma silenciosa ou ainda colocar essa máquina longe das pessoas ou mesmo colocá-la dentro de um ambiente separado e fechado, diminuindo o nível de ruído próximo aos trabalhadores). As medidas devem ser preferencialmente em grupo, ou seja, diretamente no ambiente de trabalho e na fonte do risco. Caso não haja possibilidade, pode recomendar a utilização de medidas organizacionais ou equipamentos de proteção individual.

3) Monitorar continuamente a exposição dos trabalhadores aos fatores de risco. Esses fatores não podem atingir um nível que atrapalhe a saúde do trabalhador, devendo ser sempre verificados, pois podem mudar de acordo com o desgaste das máquinas, instalação de novo processo de produção ou equipamentos etc.;

4) Medidas corretivas no local de trabalho com análise da existência de fatores de riscos, que podem causar adoecimento, sendo necessário utilizar equipamentos adequados para isso. Deve-se fazer uma averiguação do ambiente, procurando algo que possa ocasionar anormalidades dentro do ambiente de trabalho.

Para assegurar tudo isso, há uma rede de proteção ao trabalhador dentro das organizações de trabalho onde podemos ter CIPA, SESMT e CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar).

5 DISCUSSÃO

Os serviços de saúde são compostos por ambientes de trabalho complexos, apresentando, por isso mesmo, riscos variados à saúde dos trabalhadores e também das pessoas que estejam recebendo assistência médica nesses locais. Dentre esses riscos, um que é bastante peculiar ao serviço de saúde é o risco de sofrer um acidente de trabalho com material biológico envolvendo um perfuro-cortante. (RAPPARINI; REINHARD. 2010), autores que fazem referência ao ambiente dos serviços de saúde e consequência dos acidentes ocorridos nestes locais.

Além de incluir o ferimento em si, a grande preocupação em um acidente desta natureza é a possibilidade de vir a se infectar com um patógeno de transmissão sanguínea, especialmente os vírus das hepatites B e C e da aids. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2010, p. 1).

Em 1981, McCormick e Maki foram os primeiros a relatar as características de acidentes com perfuro-cortantes entre trabalhadores da saúde e a sugerir uma série de estratégias de prevenção, incluindo programas educacionais, impedindo o reencape e melhores sistemas para descarte de agulhas. Em 1987, as recomendações dos CDC para precauções universais introduziram um guia sobre a prevenção de acidentes com perfuro-cortantes com foco nos cuidados durante o manuseio e o descarte. (M. M; W. R. 1987) de acordo com os autores foi neste período que surgiram os primeiros estudos e procedimentos para os acidentes com material biológico e perfuro-cortante.

Diversos estudos sobre a prevenção de acidentes com agulhas, publicados entre 1987 e 1992, focalizaram o desenvolvimento e a colocação de coletores de descarte de perfuro-cortantes resistentes à punctura em locais adequados e a capacitação dos trabalhadores sobre os riscos do reencape, do encurvamento e da quebra de agulhas usadas. Muitos desses estudos documentaram o sucesso limitado dessas intervenções específicas, tanto em prevenir acidentes relacionados ao descarte quanto ao reencape. Os resultados foram melhores, porém, quando a intervenção incluiu uma ênfase na comunicação e no feedback para os trabalhadores das situações de risco encontradas e dos acidentes notificados. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2010, p. 23).

Desde 1991, quando a OSHA (Occupational Safety and Health Administration dos EUA) publicou pela primeira vez o documento sobre Patógenos de Transmissão Sanguínea (Bloodborne Pathogens Standard, 82) para proteger os trabalhadores da saúde de exposições a sangue, o foco da atividade regulatória e legislativa tem sido na implementação de uma hierarquia de medidas de controle. Esta incluiu dar maior atenção à minimização dos riscos relacionados aos perfuro-cortantes através do desenvolvimento e do uso de controles de engenharia. Até o final de 2001, 21 estados norte-americanos haviam estabelecido legislação para garantir a avaliação e a implementação de dispositivos de segurança para proteger os trabalhadores da saúde de acidentes com perfuro-cortantes. (OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH ADMINISTRATION-OSHA. 1991), segundo a norma americana que evidenciou os tipos de exposição pós acidentes e determinou medidas preventivas diante das ocorrências destes.

No Brasil, o empregador é obrigado a emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) notificando a Previdência Social toda vez que ocorre um acidente contendo um trabalhador contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Esta obrigatoriedade também se aplica aos acidentes com perfuro-cortantes ou outras formas de exposição ocupacional a sangue ou materiais biológicos. De acordo com a lei da Previdência Social (art. 22 da lei n 8.230/1991), todo trabalhador que sofra acidente de trabalho é obrigação do empregador emitir a comunicação de acidente do trabalho.

Para servidores públicos, gerido por regimes próprios de trabalho, geralmente não existe instrumento específico de notificação à Previdência em caso de acidente. Quando este ocorre, deve ser aberto um processo na unidade ou no órgão onde o servidor trabalha e ele deve ser avaliado por médico designado.

O Ministério da Saúde identifica o acidente de trabalho com material biológico como sendo de notificação compulsória na Portaria nº 777/GM de 2004, que aborda diretamente a notificação de agravos relacionados à saúde do trabalhador. Essas notificações devem ser feitas em unidades sentinelas específicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e englobam todos os trabalhadores dos serviços de saúde, independentemente da forma de contratação, além de estudantes e autônomos. O instrumento para notificação do Ministério da Saúde é a ficha do SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação. (BRASIL. MINISTÉRIO DE SAÚDE), possui a Portaria de 28 de abril de 2004 na qual regulamenta e orienta todo processo de notificação compulsória a doenças e acidentes no trabalho, conforme legislação brasileira.

Um efetivo programa de prevenção de acidentes deve abranger diversos componentes e instruções que atuem em conjunto para instruir que os trabalhadores da saúde não sofram acidentes de trabalho com agulhas e outros materiais perfuro-cortantes. Esse programa de prevenção deve-se unir aos programas já existentes, como os de gestão da qualidade, de controle de infecção, de segurança e de saúde ocupacionais. É baseado em um modelo de melhoria contínua da qualidade, uma abordagem que serviços de saúde bem-sucedidos sendo adotado de forma crescente. Pode-se apresentar esse modelo através de diferentes termos, mas o conceito subjacente é aquele que envolve uma abordagem sistemática, ampla, organizacional, de melhoria contínua do desempenho de todos os processos empregados para prover produtos e serviços de qualidade.

O programa de prevenção também traz conceitos da área de higiene do trabalho, na qual as intervenções de prevenção são priorizadas com base em uma hierarquia de estratégias de controle. NR 32, Portaria 3.324/78. De acordo com essa portaria todo empregador dever implementar medidas e formas para garantir melhorias no ambiente do trabalho ,conforme a legislação sob pena de aplicação de multa.

Para (DA SILVA, 2014, p. 2) “esse registro de doenças e ou agravos o conhecimento da autoridade sanitária diante da existência é essencial a fim de serem aplicadas medidas de intervenções pertinentes a tal realidade”. Os estudos ajudam a descrever que, tanto os profissionais da saúde e quanto a comunidade de modo em geral, tem apresentado pouco conhecimento ou interesse acerca dos riscos ocupacionais o que pode dificultar o controle e combate dos acidentes e doenças ocupacionais.

A análise do histórico estatístico de acidentes com profissionais da saúde com maior incidência entre os profissionais de enfermagem. Considerando os inúmeros agentes aos quais os profissionais de saúde estão expostos e as suas repercussões na saúde dos trabalhadores e na organização, percebe-se a importância de um sistema que priorize os trabalhadores destes ambientes. (ALMEIDA; SOARES. 2002), de acordo com os autores é importante a organização e adequação do local de trabalho para melhorar e aprimorar os métodos de organização no trabalho.

Com o conhecimento desses fatores de risco e a identificação dos profissionais expostos, cabe aos gestores de saúde enfrentar uma luta para orientar os trabalhadores sobre tais riscos ocupacionais e as medidas necessárias ao seu controle.

Ao fazer a análise dos resultados no presente estudo, isso nos leva a perceber a necessidade de estudos sobre o assunto, procurando coletar dados relacionados a consequência desses acidentes, enfatizando a importância do uso de equipamento de proteção individual adequados e propondo modificações na rotina de trabalho, através de programação de capacitação para o desenvolvimento de técnicas adequadas para prevenção de acidentes.

Estabelecer diretrizes para produção e efetivação de um plano de prevenção de risco de acidentes com materiais perfuro-cortantes com probabilidade de exposição a agentes biológicos, aspirando a prevenção, a segurança e a saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

6 CONCLUSÃO

Portanto, com o propósito de apresentar os impactos e as consequências que acarretam os acidentes, visando maior conscientização e redução dos índices de acidentes, garantindo assim melhores condições de integridade física aos profissionais de saúde pública. Assim a análise feita dos riscos ambientais e do histórico de acidentes de trabalho no setor de saúde alguns resultados foram encontrados, tais como: maior incidência de acidentes de trabalho entre os profissionais de enfermagem (auxiliares e técnicos de enfermagem), dominado pelo sexo feminino e dominância de acidentes com material perfuro-cortante e material biológico.

Considerando os diversos agentes aos quais os profissionais da saúde estão expostos e suas consequências na saúde dos trabalhadores, deve-se priorizar a implantação de um sistema de segurança e de saúde ocupacional na constatação e análise dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho, com o objetivo de evitar ou diminuir a ocorrência de acidentes no trabalho com tomadas de decisões, medidas de controle, prevenção e promoção da conscientização sobre as práticas seguras diante dos riscos ocupacionais no setor de saúde. Portanto, o estudo aborda as causas dos acidentes de trabalho com os profissionais da saúde o que poderá auxiliar consideravelmente para a redução de sua ocorrência.

O profissional quando bem orientado e conscientizado, pode evitar as situações de risco a realidade dos trabalhadores no setor de saúde. Tendo em vista o que apresentou-se e discutiu-se nesse estudo, os trabalhos analisados apontam para uma situação de preocupação dos profissionais de enfermagem em relação aos fatores de riscos envolvidos com a saúde dos trabalhadores de saúde. Embora pode-se reconhecer que, nestes ambientes há diversos fatores que podem afetar na saúde dos trabalhadores, o que sugere alguns pesquisadores da área para que possam também voltar suas análises para outros cenários no qual o trabalho em saúde ocorre.

Proporcionou também, discutir os riscos ocupacionais aos quais estes trabalhadores estão expostos, como os riscos químicos, físicos, biológicos, ergonômicos, de acidente e psicossocial. Ao fazer análise dos resultados do presente estudo, sugere-se que todas as categorias da saúde estão sujeitas a inúmeros e variados riscos de acidentes de trabalho, o que nos leva a perceber que há uma grande necessidade permanente de estudos intensificados sobre os riscos ocupacionais no setor de saúde.

Assim procura-se as coletas de dados relacionados as causas e consequências desses acidentes, o que possibilitará um levantamento mais apurado das condições instáveis dentro do um ambiente de trabalho. Isto contribuirá com subsídios par elaboração de programas de educação continuada a saúde, com abordagem nos principais riscos de acidentes de trabalho na prestação de assistência com os profissionais da saúde, enfatizando sempre a importância da utilização do equipamento de proteção individual adequados e propondo medidas preventivas através de treinamento para o uso e desenvolvimento de técnicas adequadas para a prevenção de acidentes no trabalho.

Faz-se necessário aumentar a percepção dos contextos que asseguram a melhoria das condições de saúde destes profissionais, bem como a discussão recorrente sobre os riscos aos quais estão expostos estes trabalhadores, proporcionando informações que levem os profissionais a refletirem sobre o seu auto-cuidado, bem como reivindicarem por melhores condições de trabalho.

Por fim, evidenciou-se a necessidade de treinamento e educação continuada aos profissionais de enfermagem , para que os mesmos possam identificar situações de risco de acidentes e doenças ocupacionais e propor alternativas de proteção à sua própria saúde e à dos demais profissionais. (WADA. 2006), conforme o autor, esta perspectiva com implantação de medidas e orientação e capacitação dos trabalhadores tem com objetivo diminuir os índices de acidentes no trabalho.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Cid ET al. **Riscos ocupacionais na atenção primária à saúde: suscetibilidade às doenças imunopreveníveis dos profissionais que atuam em uma unidade básica de saúde.** Ceará, Brasil. Revista APS, v.8, n.2, p. 143-150, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/risco.pdf>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

ALMEIDA, Leilane; TORRES, Samantha; SANTOS, Cristiane. **Riscos ocupacionais na atividade dos profissionais de saúde da atenção básica.** Salvador, Brasil. Revista Enfermagem Contemporânea, dez. 2012; 1(1): 142-154. Disponível em: <<HTTPS://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/51/51>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2019.

ALMEIDA, Clara; BENATTI, Maria. **Exposições ocupacionais por fluídos corpóreos entre trabalhadores da saúde e a sua adesão à quimioprofilaxia.** São Paulo. Brasil. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v.41, n.1, p.120-126, 2007. Disponível em: <<HTTPS://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/41599/0> > Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

ALMEIDA, A. H.; SOARES, C. B. **A dimensão política do processo de formação de pessoal auxiliar: a enfermagem rumo ao SUS.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, 2002, v. 10, n. 5, p. 629-636. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692002000500002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

ASFAHL, C. R. **Gestão de segurança do trabalho e de saúde ocupacional.** São Paulo: Reich Mann e Autores Editores, 2005.

BAKKE, Hanne; ARAÚJO, Nelma. **Acidentes de trabalho com profissionais de saúde de um hospital universitário.** Paraíba, Brasil. 2009, v. 20, n. 4, p. 669-676. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/2010ahead/aop00040109.pdf>> Acesso em: 05 de março de 2019.

BRASIL, Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990. Brasília. Congresso Nacional.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário estatístico da Previdência Social 2007.** Brasília. 2007. Disponível em: < www.mpas.gov.br > Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Gerais para o Trabalho em Contenção com Agentes Biológicos.** Brasília, Brasil. 3º edição, 2010, Editora MS. Disponível em: <https://www.riscobiologico.org/lista/DiretrizesGeraisContencaoAgentesBiologicos_2010.pdf> Acesso em: 05 de março de 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cartilha adoecimento ocupacional: um mal invisível e silencioso.** Brasília, Brasil. Dezembro de 2018. Disponível em: < <https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Cartilhas/Cartilha-doencas-ocupacionais.pdf>> Acesso em: 3 de maio de 2019.

BRASIL, Portaria do Ministério do Trabalho 3.214 de 08 de junho de 1978. Brasília. Congresso Nacional.

BRASIL. Ministério da Saúde - Norma Operacional em Saúde do Trabalhador do SUS. Portaria n. 3.908, de 30 de outubro de 1998. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (Brasil). **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; OPAS, 2001. 508 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 114). ISBN 85-334-0353-4. Disponível em: <<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/doencas-relacionadas-trabalho-manual-procedimentos-os-servicos-saude>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

BRASIL. Previdência Social. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Brasília. Congresso Nacional.

BRASIL. Ministério de Estado da Saúde. Portaria nº 777, de 28 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**: seção 1, n. 81, p. 37, 29 abr. 2004.

BRASIL. Cartilha temática- Tema 13 Normas Regulamentadoras. Governo de São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/crh/ggp/cartilhas/normas_regulamentares.pdf> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

BOOG, G. G. **Manual de treinamento e desenvolvimento**. 3. Ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

CARRACA, Gisleangela; MAGALHÃES, Deisy; LIMA, Renan. **Riscos ocupacionais e os agravos à saúde dos profissionais de enfermagem**. São Paulo, Brasil. Revista Fafibe On-Line, Bebedouro SP, 8 (1): 265-286 2015. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/36/30102015185405.pdf>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.

CIPA. Disponível em: <<http://revistacipa.com.br/>> Acesso em 09 de março de 2019.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. **Acidentes de trabalho, um problema de Saúde Pública**. Disponível em: <<https://cnts.org.br/noticias/acidentes-de-trabalho-um-problema-de-saude-publica/>> Acesso em: 14 de maio de 2019.

CAMPOAMOR, M. M. **Estudo da Ocorrência de Acidentes Entre Trabalhadores de Uma Indústria Frigorífica do Estado de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) USP, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-29082006-162214/en.php>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

COSTA, M. N. A.; DEUS, I. A. **Riscos ocupacionais em UTI**: proteção específica. Rev Bras Enferm 1989; 42(1/4):106-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671989000100015> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

COSTA, M. A. F. **Biossegurança - Segurança Química Básica em Biotecnologia e Ambientes Hospitalares**. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Santos, 1996.

Centers for Disease Control and Prevention (CDC). **Recomendations for prevention of HIV transmission in health-care settings**. MMWR 1987; 25(36):3-18. 1981, McCormick e Maki. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/3112554>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

DA SILVA Aristides; **DE OLIVEIRA** , Gabriel. **O registro das doenças de notificação compulsória: a participação dos profissionais da saúde e da comunidade**. Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 3, p.215-220, jul. 2014. ISSN 2238-3360. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/4578>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

DALLA, T. C. M. **Estudo da qualidade do ambiente hospitalar como contribuição na recuperação de pacientes**. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)-Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000116&pid=S0303-7657201000010001700012&lng=pt> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. 2. Ed. Editora Pearson Universidades. 2003.

ESPINDOLA, Márcia; **FONTANA**, Rosane. **Riscos ocupacionais e mecanismos de autocuidado do trabalhador de um centro de material e esterilização**. Rio Grande do Sul, Brasil. Rev. Gaúcha Enferm, 2012 mar; 33(1): 116-23. Disponível em: <<HTTPS://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/18636/17007>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2019.

FARIA, Valéria ET al. **Perigos e riscos na medicina laboratorial: identificação e avaliação**. J BrásPatol.Med. Lab. 2011; 47(3): 241-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_abstract&pid=S1676-24442011000300007&lng=p&lng=pt> Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

FAGUNDES, Gilmara. **NR-32 uma realidade na área hospitalar**. Disponível em: <<http://www.saudeetrabalho.com.br/download/NR32-gilmara.pdf>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.

FERREIRA, Milene ET al. **Subnotificação de acidentes biológicos pela enfermagem de um hospital universitário**. Ciência e Enfermeira XXI (2), 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/pdf/cienf/v21n2/art_03.pdf > Acesso em: 22 de março de 2019.

Fundacentro. Disponível em: < www.fundacentro.gov.br > Acesso em: 09 de março de 2019.

GREGÓRIO, David. **Riscos ocupacionais: uma revisão da literatura**. Ceará, Brasil. Rev. Psic. V.11, N. 34, fevereiro/2017. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/697/981>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.

GELBECKE, F. L. **Política de saúde do trabalhador: limites e possibilidades.** Texto e Contexto em Enfermagem. 2002;11(1):66-85. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nex tAction=lnk&exprSearch=14133&indexSearch=ID>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

JUNQUEIRA, Túlio ET al. **As relações laborais no âmbito da municipalização da gestão em saúde e os dilemas da relação expansão/precarização do trabalho no contexto do SUS.** Rio de Janeiro, Brasil. Caderno de Saúde Pública. 2010 maio; 269(5): 918-28. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v26n5/14.pdf>> Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

LUBENOW, Juliana; MOURA, Maria. **Representações sociais sobre as causas dos acidentes com materiais perfuro-cortantes por técnicos de enfermagem.** Brasil. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste. 2012; 13(5):1132-41. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4121>> Acesso em: 22 de março de 2019.

LACAZ, F. A. C. **Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença.** Ciênc. saúde coletiva. 2000, vol.5, n.1, p.151-161. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100013&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

MAURO, Maria ET al. **Riscos ocupacionais em saúde.** Rio de Janeiro, Brasil. Revista Enfermagem UERJ 2004; 12:338-45. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v12n3/v12n3a14.pdf>> Acesso em: 05 de março de 2019.

MARZIALE, M. H. P., RODRIGUES, C.M. **A produção científica sobre os acidentes de trabalho com material perfuro cortante entre trabalhadores de Enfermagem.** Revista Latino Americana de Enfermagem, v.10. n.4, p.571-577, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692002000400015&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

MARZIALE, M. H. P; NISHIMURA, K. Y. N; FERREIRA, M. M. **Riscos de contaminação ocasionados por acidentes de trabalho com material perfuro cortante entre trabalhadores de enfermagem.** Rev. Latino Americana. Enfermagem, Ribeirão Preto, 12(1), 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692004000100006&script=sci_arttext> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

MENDES, R; DIAS, E. C. **Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador.** Rev. De Saúde Pública, v. 25, n. 5, p. 341-349. São Paulo: 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101991000500003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

MENDES GONÇALVES, R. B. **A Investigação sobre Recursos Humanos em Saúde. Brasília:** Ministério da Saúde/Coordenação Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS. 1993. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/rechumsau.html>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

NISHIDE, V. M.; BENATTI, M. C. C. **Riscos ocupacionais entre trabalhadores de enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva.** Revista da Escola de Enfermagem - USP, v. 38, n. 4, p. 406-414, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342004000400006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 05 de março de 2019.

NISHIDE, V. M.; BENATTI, M. C. C.; ALEXANDRE, N. M. C. **Ocorrência de acidente do trabalho em uma Unidade de Terapia Intensiva.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 12, n. 2, p. 204-211, 2004. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/258/pt-BR/riscos-ocupacionais-entre-trabalhadores-de-enfermagem-em-unidade-de-terapia-intensiva>> Acesso em: 05 de março de 2019.

OCUPACIONAL: MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO. Disponível em: < www.ocupacional.com.br > Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

OLIVEIRA, J. C. **Segurança e saúde no trabalho uma questão mal compreendida.** São Paulo em Perspectiva, 17(2): 3-12, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a02v17n2.pdf> > Acesso em: 8 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, S. G. **Indenizações por acidente de trabalho ou doença ocupacional:** de acordo com a reforma trabalhista- Lei n. 13.467/2017. 7. Ed. São Paulo: LTr, 2013.

OLIVEIRA, J. **Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT.** Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.

PIO, Daiana ET al. **Escores do audit de profissionais de enfermagem acometidos por acidentes com material biológico.** Minas Gerais, Brasil. R. Enferm. Cent. O. Min. 2012 jan/abr; 2(1):93-98. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/viewFile/216/259>> Acesso em: 22 de março de 2019.

RODRIGUES, Lígia ET al. **Riscos ocupacionais: percepção de profissionais de enfermagem da estratégia saúde da família em João Pessoa – PB.** Paraíba, Brasil. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, volume 16, número 3, páginas 325-332, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/viewFile/12660/7871>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

RAMOS, Paulo. **Análise do Programa de Prevenção de Acidentes (Quase Acidente) e a Viabilidade da Aplicação Direta na Construção Civil (Estudo de Caso).** Trabalho e Conclusão de Curso submetido à Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – no ano de 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/436580-Analise-do-programa-de-prevencao-de-acidentes-quase-acidente-e-a-viabilidade-da-aplicacao-direta-na-construcao-civil-estudo-de-caso.html>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

SILVA, Rita; FELLI, Vanda. **Um estudo comparativo sobre a identificação dos riscos ocupacionais por trabalhadores de enfermagem de duas unidades básicas de saúde do município de São Paulo.** São Paulo, Brasil. RevEscEnferm USP 2002; 36(1): 18-24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n1/v36n1a03.pdf>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

SANTANA, VS ET al. **Acidentes de trabalho: custos previdenciários e dias de trabalho perdidos.** Revista Saúde Pública. 2006; 40(6):1004-12. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102006000700007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

SARQUIS, L. M. M; FELLI, V. E. A. **Acidentes de trabalho com instrumentos perfuro cortantes entre os trabalhadores de enfermagem.** Rev Esc Enferm USP 2002; 36(3): 222-30. Disponível em: <<http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/658.pdf>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Centro colaborador vigilância dos acidentes de trabalho. Boletim epidemiológico acidentes de trabalho com exposição potencial a material biológico.** Salvador, Brasil. Outubro. 2011 – Edição nº3, ano I. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/projetos/estatistica/boletins/acidentes-trabalho-exposicao-material-biologico.pdf>> Acesso em: 4 de maio de 2019.

VASCONCELOS, A. F. **Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas.** Cadernos de Pesquisa em Administração, v.8, n.1, p. 23-35, 2001. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/06/qualidade-de-vida-no-trabalho-origem.pdf>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.

WADA, E. K; CAMARGO, L. O. L. **Os desafios da hotelaria.** GV executivo. v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34371/33169>> Acesso em: 8 de setembro de 2019.